

ANC X

ass

7 OUT 1985

CONSTITUINTE

Texto original será aprovado, diz Lyra.

A emenda do Executivo convocando a Assembleia Nacional Constituinte deve ser aprovada em sua forma original, disse ontem, em Goiânia, o ministro da Justiça Fernando Lyra. E explicou por que: "O texto original é o mais natural e mais simples, com o que eventuais alterações ficariam para o texto do regimento interno da própria Constituinte".



Lembo



Lyra

Ao contrário de Lyra, porém, o porta-voz da presidência da República, jornalista Fernando César Mesquita, informou, também em Goiânia, que o presidente José Sarney não está intransigente em relação ao problema e aceitará mudanças no projeto que enviou ao Congresso. O que Sarney não fará de forma alguma, segundo o porta-voz, é retirar o seu projeto:

— O presidente não tenciona retirar a emenda Constituinte porque o Congresso Nacional tem total liberdade para modificar o que achar conveniente. Portanto, o presidente não pode retirar a emenda. Cabe ao Congresso Nacional fazer as avaliações necessárias e emendar de acordo com a realidade da política brasileira. O objetivo maior é a convocação da Constituinte, porque é um compromisso da Aliança Democrática. Um compromisso que o presidente respeitou e que o Congresso, acredito, vai respeitar acima de opiniões de grupos.

Debates

Enquanto Congresso e Executivo não chegam a uma definição, prosseguem no País os debates so-

bre as formas de participação da sociedade na Constituinte. O diretor de Assuntos Culturais do Instituto Tancredo Neves e tesoureiro do PFL em São Paulo, Cláudio Lembo, por exemplo, está

iniciando uma pesquisa a respeito junto às câmaras municipais do interior paulista e desde já descobriu que, apesar da vontade, esse segmento do poder não está sendo ouvido.

Não há um movimento organizado para se ouvir os anseios dos municípios a partir do cenário legislativo municipal — disse Lembo, ontem, em Brasília. Ponderou que "este, porém, é o mais antigo representante do povo. Quando a sociedade brasileira nasceu, as câmaras municipais se instalavam aqui e ali. E os primeiros exemplos de audácia e coragem política — portanto cívica — foram oferecidos aos vereadores nos anos de 1.500. João Ramalho, um cristão novo, redigiu a primeira carta de protesto de nossa gente, quando o seu nome não foi aprovado. Ele não tinha sangue puro. Ele era judeu. E foi, assim, o primeiro a se revoltar contra discriminações odiosas".

Por esse motivo, ele anunciou que o Instituto Tancredo Neves do PFL está enviando a todas as câmaras municipais do Estado de São Paulo um convite e um pedido. Quer saber o que pensam os vereadores sobre temas substanciais da realidade brasileira. Entre as indagações da pesquisa, segundo Lembo, "uma retorna às nossas raízes: a futura Constituição deve ser referendada pelas câmaras municipais?"